NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 30/04/2014 - Edição 1035

CNTV assina com a federação patronal protocolo para a Copa

Como resultado da terceira reunião da Mesa de Negociação aberta pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), visando estabelecer regras e condições para a atuação dos vigilantes da Copa do Mundo de Futebol 2014, a CNTV assinou um protocolo com normas reguladoras do trabalho dos vigilantes na copa e que são recomendadas aos sindicatos. O documento foi protocolado no MTE na tarde desta terça-feira (29) e agora aguarda a análise do órgão e publicação de uma manifestação oficial.

O impasse nas propostas sobre a forma de contratação dos vigilantes para atuarem nas arenas inviabilizou um pacto igual para a Copa das Confederações realizada em junho passado, resultando em inúmeros problemas trabalhistas. Retomada a negociação no MTE, patrões e empregados elegeram os eixos que servirão de orientação para os Acordos Coletivos, de responsabilidade de cada sindicato das cidades sede e subsedes da Copa.

A posição dos trabalhadores foi objeto de vários debates. O último, na quinta-feira (24), contou com a participação de Sindicatos, Federações e Confederação, no mesmo dia levado a uma reunião conclusiva com a Fenavist.

Pelo protocolo fica recomendado que os sindicatos firmem Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), observando, no mínimo, as seguintes garantias ou parâmetros:

- Atuação de vigilantes empregados fixos das empresas em horário de folga, conforme acordado em cada local;
- Atuação de vigilantes não fixos, por meio de contrato de trabalho por tempo determinado;
- Salários a serem fixados em cada ACT ou CCT;
- Jornada de até 10 horas por evento;
- Fornecimento, pelo empregador, de alimentação, transporte, equipamentos de proteção, assentos, seguro de vida, fardamento, etc;
- Pagamento em até 2 dias após o evento.

Procure o seu sindicato, cuide dos seus direitos e segurança.

Fonte: CNTV

Vigilante de torcedor deve ganhar entre R$ 120 e R$ 200 por jogo na Copa

A 44 dias do início da Copa do Mundo, as empresas de segurança privadas contratadas pela Fifa para garantir a segurança dos estádios ainda estão buscando profissionais. São os casos de Natal,Manaus e Rio de Janeiro, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, Jose Boaventura Santos.

Ainda não há uma definição sobre como os "stewards", os vigilantes privados que atuarão desarmados nas arenas durante o Mundial, serão pagos. A negociação está sendo feita em cada estado entre o sindicato da categoria e as empresas contratadas pela Fifa. Por hora, o valor deve variar entre R$ 12 e R$ 20. Mas alguns locais avaliam um valor diário entre R$ 120 e R$ 200.

"Estamos em cima da hora e ainda não sabemos como vai ser. Deixamos a negociação a cargo dos sindicatos em cada estado, e, até o momento, apenas o Ceará já fechou o valor de R$ 15 por hora, em uma convenção. Todas as empresas ainda estão contratando", afirma Boaventura.

Para trabalhar nos jogos, o profissional precisa ter a formação de vigilante privado e ainda fazer um curso de 50 horas de duração que o capacita para grandes eventos e que custa de R$ 200 a R$ 300. Antes de procurar uma empresa para se candidatar ao serviço, deve fazer o cadastramento biométrico na Polícia Federal. O salário mensal do vigilante no Brasil varia de R$ 900 a R$ 1.500, mais o adicional de periculosidade, de 30%.

"Algumas empresas já possuem um quadro fixo de seguranças que podem usar, mas nenhuma tem o suficiente para um jogo. A procura de profissionais ainda é grande", afirma Boaventura.

O comitê organizador local (COL) da Copa do Mundo, responsável pela contratação de uma empresa de segurança em cada uma das 12 cidades-sede, diz que não pode divulgar nomes e valores devido à confidencialidade dos contratos. Segundo a Fifa, os preços seguem o padrão do mercado.

Os responsáveis pelas empresas falaram que pretendem estipular um valor em torno de R$ 15 por hora. A empresa responsável pelo Mineirão, em Belo Horizonte (MG), por exemplo, quer negociar com a categoria um valor de R$ 12/hora (leia mais abaixo).

As empresas escolhidas em Natal (RN), Manaus (AM) e Rio de Janeiro informaram que ainda estão à procura de vigilantes. Nas outras capitais, ainda há cursos de formação em andamento.

Os "stewards" atuam como orientadores do público, ajudando a ocuparem os assentos corretos e impedindo o fechamento de saídas de emergência. Quando eles não conseguem conter a situação, policiais militares, que ficarão "escondidos", serão chamados. Por partida, segundo as empresas, serão, ao menos, 800 "stewards".

À procura de seguranças

Em São Paulo, a Arena Corinthians, palco de Brasil x Croácia na abertura do evento, em 12 de junho, estará sob responsabilidade da Gocil Segurança, que também atuará em Curitiba e em Porto Alegre, informou a confederação. A empresa disse que não iria se manifestar. Já no Rio, a Sunset Vigilância e Segurança, que atuou também na Copa das Confederações, ainda está em busca de profissionais para a final do Mundial.

Em Belo Horizonte, a empresa responsável, a GP Patrimonial, também atuou na copa das Confederações e decidiu manter mil homens por partida: 200 para segurança patrimonial e mais 800 "stewards", diz o diretor José Jacobson. "Recebemos as chaves do estádio da Fifa e passamos a administrar o Mineirão até o fim do Mundial".

A GP, segundo ele, cumpre o previsto pela legislação mineira – salário mensal de R$ 1.200, mais o adicional de periculosidade, além de auxílio alimentação e vale-transporte. O valor da hora que será pago na Copa pelo trabalho no estádio ainda está em negociação. "Pelo que a Fifa nos paga, só tenho condições de pagar entre R$ 12 e R$ 14 por hora", diz.

Negociação no Ceará

Dentre os estados-sede da Copa, só o Ceará já fechou um acordo para pagamento dos vigilantes. O Sindicato dos Vigilantes do Ceará (Sindvigilantes) confirmou que uma convenção foi assinada em janeiro para grandes eventos, mas afirma que a empresa contratada para prestar o serviço, a Gassa Vigilância, ainda negocia informalmente uma redução do valor.

Apesar da definição, o presidente do Sindivigilantes, Daniel Borges, critica a escolha da Fifa. "Esta é uma das piores empresas que existe no mercado. Eu mesmo não acredito que eles conseguirão pagar os R$ 15 para os vigias durante a Copa", afirma Borges.

O G1 procurou durante duas semanas o proprietário da Gassa, Nivaldo Oliveira, e esteve na sede da empresa, onde funcionários informaram que só Oliveira poderia falar sobre o Mundial Ele não respondeu aos contatos. Na Copa das Confederações, a Gassa atuou em parceria com a Brasili Segurança, que perdeu a concorrência para a Copa do Mundo.

O vigilante Francisco Melo, que trabalhou para a Gassa na Arena Castelão durante a Copa das Confederações, diz que a empresa é mal estruturada. "A escala dos funcionários foi mal organizada. A gente foi trabalhar em dia que não devia e não recebemos por isso, mesmo depois de ter sido convocado. Ninguém tinha estrutura para nada. Muita gente veio do interior. Quando chegou aqui, não tinha banheiro, não tinha onde almoçar, era tudo desorganizado", afirmou ele.

Derrotada tentou negociar

A Brasili diz que perdeu a concorrência para a Gassa para a Copa do Mundo porque "a Fifa estava pagando muito pouco e não tinha como manter o padrão".

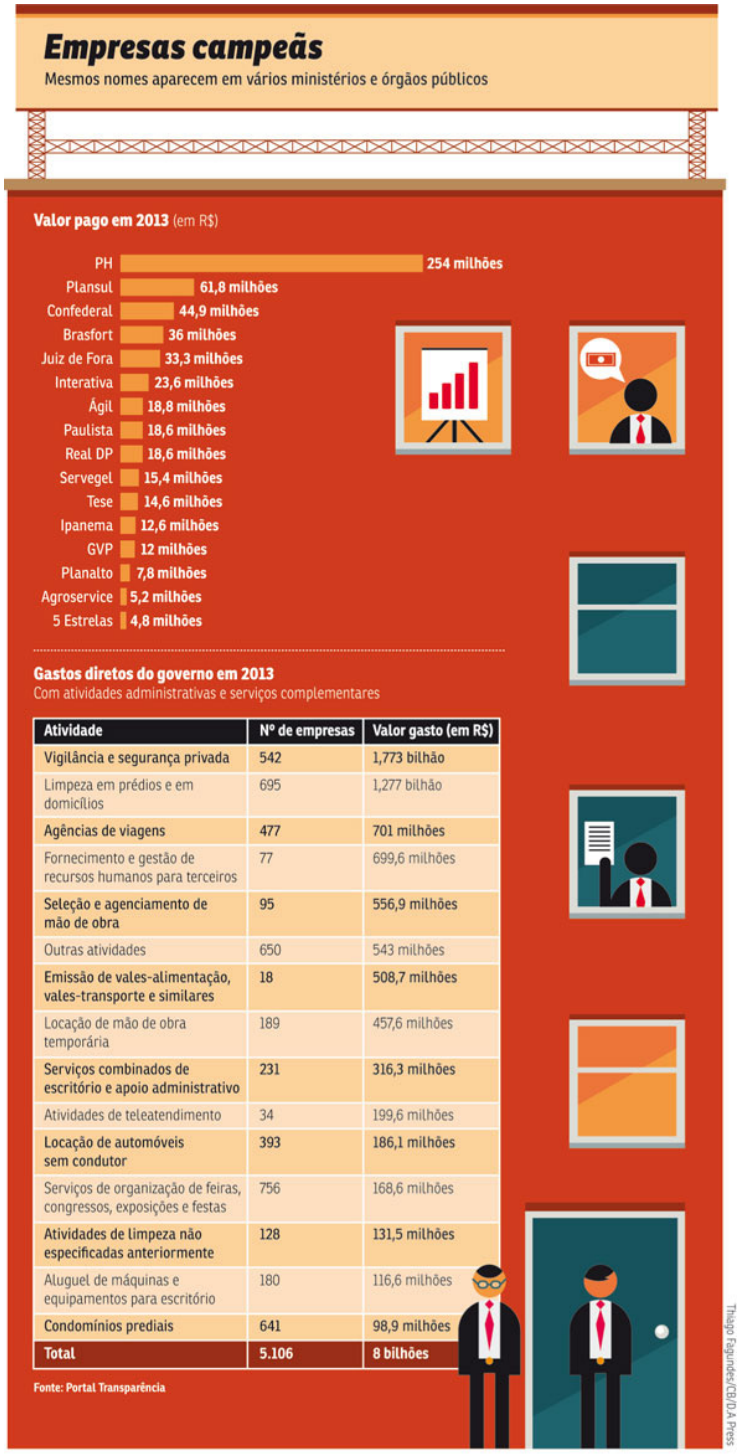
"A Fifa tentou negociar com a gente, mas tabelaram o preço no Brasil e cada estado tem sua realidade. Aqui no Ceará temos uma convenção coletiva com salário em vigor que não teria como cumprir pelo que eles querem pagar", diz Israel Brasil, diretor da Brasili Segurança, que presta serviços para diversas entidades do governo federal, cervejarias e construtoras.

O salário do vigilante no Ceará é de R$ 949,42 mensais, além do adicional de 30%, com uma hora de folga a cada 8 horas de jornada para um período de descanso sentado, o que, diz Israel Brasil, prejudica as operações em jogos de futebol.

Fonte: G1

Disputa ferrenha por mercado de US$ 8 bi

Fiscalização precária, irregularidades trabalhistas e firmas aventureiras marcam a terceirização de serviços no governo federal



Atividade	Nº de empresas	Valor gasto (em R$)
Vigilância e segurança privada	542	1,773 bilhão
Limpeza em prédios e em domicílios	695	1,277 bilhão
Agências de viagens	477	701 milhões
Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	77	699,6 milhões
Seleção e agenciamento de mão de obra	95	556,9 milhões
Outras atividades	650	543 milhões
Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	18	508,7 milhões
Locação de mão de obra temporária	189	457,6 milhões
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	231	316,3 milhões
Atividades de teleatendimento	34	199,6 milhões
Locação de automóveis sem condutor	393	186,1 milhões
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	756	168,6 milhões
Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	128	131,5 milhões
Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	180	116,6 milhões
Condomínios prediais	641	98,9 milhões
Total	5.106	8 bilhões

A terceirização de mão de obra para o governo federal se tornou um negócio e tanto. Pelo menos R$ 8 bilhões são despejados todos os anos por meio de contratos fechados por ministérios, secretarias e agências reguladoras, sendo que parte desse dinheiro escorre pelo ralo por falta de regras rígidas e de fiscalização. Essa montanha de recursos é, no entanto, a parte visível dos negócios, pois vários órgãos se recusam a dar transparência às informações. Não à toa, o setor se tornou um chamariz para firmas aventureiras, que promovem a concorrência desleal, ao oferecerem preços baixos para vencer as disputas. Sem estrutura, quebram poucos meses depois e somem com os recursos de milhares trabalhadores. Tudo facilitado por falhas nos métodos para a escolha das vencedoras das licitações.

"É visível que há muita coisa errada, mas ninguém faz nada", diz um funcionário do Ministério da Fazenda. "Pode prestar atenção: são recorrentes os casos de empresas que recebem do governo, dão calote em funcionários, têm os contratos cancelados, mas, logo depois, voltam a atuar na Esplanada dos Ministérios", frisa. (Veja as empresas na página ao lado)

Pior: não se abre nenhuma investigação para os golpes. E o governo paga duas vezes. Primeiro, para a empresa que sumiu. Depois, para os funcionários que ficaram sem salário e sem os direitos trabalhistas. "Tornou-se rotina ver empregados de empresas terceirizadas dizendo que não tiveram o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) depositado nem as contribuições à Previdência Social efetivadas. Para evitar isso, bastaria que os responsáveis pela gestão dos contratos exigissem, mensalmente, os comprovantes dos depósitos no FGTS e de contribuições à Previdência. Essa rotina livraria muita gente de cair nas garras de empresas golpistas", afirma o servidor da Fazenda.

Descaso

Ele sabe do que fala. No ano passado, a Adminas Administração e Terceirização de Mão de Obra, com sede em Belo Horizonte, e a Delta Locação de Serviços e Empreendimentos, de Lauro de Freitas (BA), receberam do Ministério da Fazenda, mas não pagaram os trabalhadores. As empresas, que sumiram do mapa, também deixaram um rastro de prejuízos nos ministérios da Integração Nacional e da Justiça e no Banco do Brasil. A Delta, por sinal, havia sucedido a Visual Locação e Serviços como prestadora de serviços à Fazenda. A empresa teve seu contrato rescindido exatamente pelo

mesmo motivo, ou seja, não pagou os trabalhadores da pasta e desapareceu com o dinheiro. Nenhuma das três firmas foi encontrada pelo Correio para se manifestar. A Fazenda não comentou sobre esses casos.

A PH Serviços é a campeã de contratos de terceirização com o governo federal. Apenas no ano passado, foi agraciada com R$ 254 milhões ao oferecer copeiras, recepcionistas e telefonistas para a Esplanada. Apesar desse alto valor, são recorrentes as reclamações de funcionários por atrasos no pagamento de salários. Duas trabalhadoras, que preferiram não se identificar, por medo de retaliação, alegam ter recebido o último contracheque e o vale-transporte 20 dias depois da data prevista em lei. "Tenho três filhos para cuidar, e a empresa não paga em dia. No mês passado, sobrevivi graças a doações de minhas amigas", diz uma delas, que trabalha no Ministério da Saúde. "Preferimos não reclamar porque os supervisores ameaçam nos demitir", observa outra empregada.

Em nota, o presidente da empresa, Hélio Chaves Júnior, afirma que a PH "nunca foi indiciada por qualquer órgão de controle por fraude em licitação pública". Ele ressalta que não há registro de atraso nos salários. "Nunca fomos condenados por qualquer conduta contrária à legislação trabalhista." Os empregados da GVP Serviços, que está entre as 10 maiores prestadoras de serviços ao governo federal, também reclamam dos salários atrasados. Procurada, a empresa não respondeu ao Correio até o fechamento da edição.

Outra terceirizada com presença marcante na Esplanada é a Confederal, que presta serviços de segurança para vários órgãos. Em 2013, embolsou R$ 44,9 milhões com os contratos. O diretor da empresa, Ricardo Augusto, afirma que o valor é pequeno para executar o trabalho com qualidade. "Se for dividir por 12 meses, não é nada", alegou. Ele garante que, diante da concorrência maior, está perdendo espaço. "Os nossos números estão caindo", assinala.

Com contratos de R$ 23,5 milhões no ano passado, a Interativa também lamenta que não tenha conseguido vencer mais licitações. "No governo federal, tem muita empresa que entra, ganha o pregão e quebra. Os meus contratos são de pequeno valor. Representam apenas R$ 2 milhões por mês, e são todos antigos. Neste ano, só venci um, de R$ 40 mil por mês. Empresas da Bahia e de Belo Horizonte, sem nenhuma estrutura em Brasília, estão ganhando tudo. Por isso, estou procurando trabalhar em outros estados", reclama o dono da terceirizada, Izaías Junio Vieira.

A proprietária da Planalto, Rita de Cássia de Souza, também se diz desestimulada a continuar operando com o governo. "Está cada vez mais difícil concorrer." José Gomes, diretor da Real JG, antes chamada de Real DP, vai além. "A concorrência nesse mercado está prostituída. Empresas participam dos pregões sem ter infraestrutura e know-how adequados. As companhias sérias e os órgãos contratantes são prejudicados. Além disso, os funcionários das aventureiras que quebram perdem os dias trabalhados", diz. Para ele, seria melhor se as firmas tivessem, antecipadamente, que provar habilitação técnica, financeira e jurídica.

Sem informação

O Banco do Brasil não informou quais as empresas terceirizadas que prestam serviços à instituição, limitando-se a observar, em nota, que o gasto anual é de R$ 7,3 milhões. A Caixa não respondeu a nenhuma das perguntas encaminhadas pelo Correio. Os ministérios da Saúde e do Desenvolvimento também não deram retorno até a conclusão da reportagem. Casa Civil, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Relações Institucionais e Gabinete de Segurança Institucional não têm contratos dessa natureza.

Assédio Moral

Os problemas do setor de mão de obra terceirizada não se limitam aos aspectos financeiros dos contratos. A Plansul foi alvo, no ano passado, de um processo do Ministério Público do Trabalho, acusada de assédio moral contra os trabalhadores. Além disso, o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Sindppd-RS) encaminhou ao Ministério do Trabalho denúncia de que a Plansul não paga aviso-prévio aos empregados e oferece condições precárias de trabalho, entre outros problemas. Procurada, a empresa não respondeu ao Correio Braziliense.

Prestadoras de serviços, sindicatos e especialistas do setor concordam que o sistema de pregão pelo menor preço para a contratação de terceirizadas pelo governo federal provoca distorções nos processos de licitação de mão de obra. "Pode até funcionar para a compra de mercadorias, mas não para o trabalho de pessoas", diz a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação e Serviços de Terceirizados do Distrito Federal (Sindiserviços), Maria Isabel Caetano dos Reis. "O pregão não dá garantia de que a empresa é sólida. Há pelo menos 10 anos, duas a três empresas por ano quebram e deixam os funcionários sem receber salários", afirma.

Calote

O presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal (Seac-DF), Antônio Rabello, explica que, apesar dos problemas do mercado, alguns avanços foram conquistados e vão dar mais segurança aos clientes. "O parecer técnico das empresas vai passar pelo Seac, que é mais criterioso e exigente para conferir o registro e capacitação das firmas. O sindicato conhece as peculiaridades do mercado. Isso vai inibir as empresas que apresentam atestados falsos, como ainda acontece", ressalta.

O presidente do Seac também é dono da Ágil, uma das

empresas campeãs na administração federal. Ele explica que os contratos com os órgãos federais têm prazo de 12 meses, podendo ser prorrogados por até cinco anos. "Tem licitação diariamente. A empresa vai acumulando contratos. No caso da Ágil, tenho mais perdido do que ganhado e estou reduzindo minha participação na Esplanada dos Ministérios. Não estamos conseguindo mais competir", alega. Além da Plansul, as empresas Tese, Ipanema, Servegel e 5 Estrelas foram procuradas, mas não responderam à reportagem. Juiz de Fora e Paulista não foram encontradas.

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes, juntamente com seus sindicatos filiados, vem há muito tempo lutando contra a precarização na terceirização. Como resultado, já conseguiu que fosse aprovada no Distrito Federal e na Bahia a Lei anticalote. No DF o projeto foi apresentado pelo deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante e na Bahia, pela deputada estadual Maria del Carmem. A lei protege os trabalhadores terceirizados que prestam serviços para órgãos públicos e prevê a retenção de valores referentes às férias, 13° salário, INSS e FGTS.

"A intenção é que deputados de todos os Estados brasileiros adotem esta ideia e apresentem projetos neste sentido, até que possamos garantir que, em todo o país, nenhum trabalhador terceirizado, tenha seus direitos usurpados por patrões caloteiros", disse José Boaventura, presidente da CNTV

Fonte: CNTV com Correio Braziliense

Professor é impedido de assumir cargo público por ser considerado obeso

Um professor de química de Aguaí (SP) foi impedido de assumir cargo público no concurso da Secretaria de Educação de São Paulo. Mesmo classificado em 5° lugar, ele foi rejeitado no exame pericial por conta de sua obesidade.

Contatado pelo UOL, o Departamento de Perícias Médicas do Estado informou, em nota, que o candidato apresenta doença grave (obesidade mórbida), o que o considera inapto para ingresso no Estado.

"A obesidade, por si só, não é considerada fator impeditivo para o ingresso na carreira pública. Já no caso da obesidade mórbida, se faz necessária uma avaliação mais detalhada, dadas as doenças oportunistas", diz a nota.

José Luís de Sá da Silva, 21, é recém-formado, tem 1,74m de altura e pesava 132 quilos quando passou pela perícia médica para assumir uma das seis vagas de professor na Diretoria de Ensino de São João da Boa Vista (SP).

De acordo com a perícia, realizada no dia 5 de março, o IMC (Índice de Massa Corporal) de José Luís era de 43,5. Valores acima de 40 são classificados pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como obesidade mórbida.

O professor, que se diz humilhado, recorreu e pediu nova perícia que será realizada nesta terça-feira (15). Ele está fazendo dieta para ser aprovado e acredita que a norma é "absurda".

"Estou gordo, mas não sou incapaz. Tenho direito a ter um emprego como qualquer pessoa. Eles dizem que não é discriminação, mas no fim das contas é sim", disse.

Ele afirma que dá aulas como temporário na rede estadual há mais de dois anos e que nunca deixou de ir ao trabalho ou teve qualquer falta motivada pelo sobrepeso. Ao ser contratado, segundo ele, apresentou um exame médico que atesta sua capacidade laboral.

"Dou 30 aulas semanais como temporário. É incrível que, para ser professor temporário, não há problema no meu peso. Mas, para assumir um cargo como efetivo, com dez aulas, eles criam problemas. Não há lógica nisso".

O professor disse que irá recorrer à justiça para garantir sua vaga, caso não seja aprovado na segundo perícia.

Fonte: UOL

Trabalhador, parabéns pelo seu dia!

Neste 1º de maio o Confederação Nacional dos Vigilantes parabeniza a todos os companheiros que se dedicam diariamente para construir uma sociedade melhor. São batalhas diárias, jornadas exaustivas, condições muitas vezes precárias e, apesar disso, continuam na luta. A data é, além de uma lembrança da batalha pela jornada de oito horas e todos os companheiros que se engajaram, um momento de reflexão sobre o papel do trabalhador e um reconhecimento de que, sem seus esforços, país nenhum avançaria.

Ainda temos muito para conquistar. Depois de tantas vitórias, como a garantia do adicional de 30%, por exemplo, as lutas são retomadas para garantir cada vez mais avanços aos companheiros vigilantes. São embates que precisam do engajamento de toda a categoria para que os direitos dos trabalhadores sejam assegurados e ampliados um pouco mais a cada dia. Participe conosco!

Parabéns, trabalhador! Este dia é todo seu!

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine - Redação: Tayná Rodrigues
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF